

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**RELATÓRIO DE GESTÃO
CONSOLIDADO
PRESTAÇÃO DE CONTAS
DE PREFEITO**

EXERCÍCIO DE 2022

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL CONSOLIDADO PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PREFEITO.

O Presente relatório origina-se da Seção IX, Capítulo I, Título IV da Carta Magna, e tem por objetivo a análise realizada sobre a prestação de Contas Anual de Prefeito do Município de Irupi/ES referente ao exercício de 2021.

Em decorrência do disposto no Art. 74 da CF/1988, assim como no Art. 77 da Lei Federal 4320/1964 e no Art. 59 da LC 101/2000, pronunciamos-nos acerca dos fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial e aqueles referente às disposições previstas na LRF.

**Irupi/ES
2023**

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO

2 - COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3 - ANÁLISE DAS CONTAS

3.1 - Do orçamento consolidado exercício de 2022 (Lei 1006/2020);

3.2 - Da execução orçamentária da despesa;

3.3 - Da execução orçamentária da receita;

3.4 - Do fluxo de caixa;

3.5 – Da movimentação patrimonial;

3.6 - Medidas Compensatórias Relativo a Renúncia de Receitas

3.7 – Dos Restos a pagar

3.7.1 - Dos Restos a Pagar Processados;

3.7.2 - Dos Restos a Pagar não Processados;

3.7.3 - Dos Restos a pagar total;

4 - DO REPASSE AO LEGISLATIVO

5 - DA RECEITA E DESPESA COM SAUDE

5.1 - Da Receita Tributária não vinculada;

5.2 - Da despesa com ações e serviços de saúde;

6 - DA RECEITA E DESPESA COM EDUCAÇÃO

6.1 - Da receita tributária não vinculada

7 - DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

7.1 - Da despesa com educação

7.2 Da Receita e Despesa com recursos do FUNDEB

7.2.1 Da receita do FUNDEB

7.2.2 Da despesa com FUNDEB

7.2.3 Demonstração do ganho de FUNDEB

7.3 Do Fluxo de Caixa

8 DA DESPESA COM PESSOAL

8.1 Da despesa com pessoal geral (Consolidação)

8.2 Da despesa com pessoal (Executivo)

8.3 Da despesa com pessoal (Legislativo)

9 DO INDIVIDAMENTO

10 - DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

11 - DAS GARANTIAS E CONTRA GARANTIA

12 - CONCLUSÃO



1 APRESENTAÇÃO

O presente relatório compõe a Prestação de Contas Consolidada do MUNICIPIO DE IRUPI/ES, (Contas de Prefeito) relativo ao exercício financeiro de 2022, conforme dispõe o Anexo III da IN nº 068/2020.

Para elaboração do presente relatório, foram extraídas informações constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2022; na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2022; nas Demonstrações Contábeis do Município, além dos relatórios exigidos pela Lei Complementar 101/2000 - LRF (Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal), também referentes ao exercício financeiro de 2022.

2 DA COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Poder Legislativo
Câmara Municipal de Irupi/ES
Poder Executivo
Gabinete do Prefeito
Órgão Central de Controle Interno
Procuradoria Geral
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Secretaria Municipal de Finanças
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Secretaria Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Transporte
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Secretaria Municipal de Esporte
Secretaria Municipal de Controle de Convênios

3 DA ANÁLISE DAS CONTAS

3.1 Do orçamento consolidado exercício de 2022 (Lei 1030/2021)

O valor total da despesa fixada do **MUNICIPIO DE IRUPI** foi de **R\$ 43.000.000,00** (quarenta e três milhões de reais), tendo um acréscimo de **R\$ 24.685.328,10** (vinte e quatro milhões seiscentos e oitenta e cinco mil, trezentos e vinte e oito reais e dez centavos), passando a uma despesa fixada atualizada de **R\$ 67.685.328,10** (sessenta



e sete milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e oitenta e um mil, oitocentos e noventa e um reais e oito centavos), conforme demonstrado:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Despesa fixada	43.000.000,00
Créditos adicionais	24.685.328,10
(+) Suplementação	0,00
(-) Anulação	0,00
(-) Anulação para Suplementação de Outra UG	0,00
Despesa total autorizada	67.685.328,10

Fonte: Balanço Orçamentário - anexo 12

3.2 Da execução orçamentária da despesa

Em relação à despesa fixada na Lei de Orçamento para o exercício de 2022 para o Município, bem como nos créditos adicionais abertos, observa-se que houve uma aumento na execução, na ordem de **R\$24.685.328,10** (vinte e quatro milhões seiscentos e oitenta e cinto mil trezentos e vinte e oito reais e dez centavos) quatro mil, dezesseis reais e nove centavos), conforme demonstrados a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Despesa autorizada	67.685.328,10
Despesa empenhada	61.616.959,19
Superávit	6.201.056,63

Fonte: Balanço Orçamentário - anexo 12

3.3 Da execução orçamentária da receita

Em relação à receita estimada na Lei de Orçamento para o exercício de 2022 para o Município, observa-se que houve um Superávit de arrecadação na ordem de **R\$24.818.015,82** (vinte e quatro milhões, oitocentos e dezesseis mil, quinze reais e oitenta centavos), conforme demonstrados a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Receita Estimada	43.000.000,00
Arrecadado no exercício	78.751.130,85
Anulada no exercício	10.933.115,03
Receita Realizada	67.818.015,82
Superávit	24.818.015,82

Fonte: Balanço Orçamentário - anexo 12

3.4 Do fluxo de caixa

O saldo financeiro proveniente do exercício de 2021 foi de **R\$6.726.238,59** (seis milhões, setecentos e vinte e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos). Adicionando a este valor os ingressos de recursos orçamentários e extra orçamentários, deduzidas as despesas pagas no exercício, resultou em um saldo final para o exercício financeiro de 2022 da ordem de **R\$14.315.359,01** (quatorze milhões, trezentos e quinze mil, trezentos e cinquenta e nove reais e um centavo).

3.5 Da movimentação patrimonial

ATIVO	Saldo anterior	Entradas	Baixas	Saldo atual
REALIZAVEL	1.564.714,22			2.154.394,31
Dívida ativa tributária	528.086,68			707.109,42
Dívida ativa não tributária	1.063.031,87			1.560.674,06
(-) Ajustes de perdas	26.404,33			113.889,17

Fonte: Balanço Patrimonial - anexo 14

Verifica –se que a conta Créditos a Longo Prazo (realizável), variou **positivamente** em **R\$ 589.680,09** (quinhentos e oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta reais e nove centavos), resultante de inscrição e baixa de Dívida Ativa Tributária, tais ajustes demonstram de forma mais transparente, a real situação do município, conforme detalhado nos anexos de movimentação patrimonial exigidos pela IN nº 068/2020. No que se refere à Conta de Estoques, podemos constatar da análise dos demonstrativos contábeis da PCA de 2022.

ATIVO	Saldo anterior	Entradas	Baixas	Saldo atual
IMOBILIZADO	26.203.264,21	9.003.526,56	6.617.407,17	28.589.383,60
Bens Móveis	8.907.871,58	7.021.527,42	6.617.407,17	9.311.991,83
Bens Imóveis	17.295.392,63	1.981.999,14	0,00	19.277.391,77

Fonte: Balanço Patrimonial - anexo 14

Verifica –se que o Imobilizado aumentou **positivamente** em **R\$2.386.119,39** (dois milhões, trezentos e oitenta e seis mil, cento e dezenove reais e trinta e nove centavos), demonstrando um acréscimo patrimonial no exercício de referência.

3.6 Medidas Compensatórias Relativo a Renúncia de Receitas

No que se refere à arrecadação, o município de Irupi não promoveu nenhum tipo de renúncia de receita prevista § 1º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal tal como anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo, nem tão pouco deixou prescrever créditos tributários inscritos em dívida ativa, muito pelo contrário, o município não mediou esforços no sentido de esgotar os meios cabíveis de cobrança administrativas dos créditos inscritos em dívida ativa, recorrendo à cobrança judicial quando os meios de cobrança administrativa se esgotarem.

Ainda em relação à previsão de estimativa e compensação de renúncia de receitas, podemos constatar através do endereço eletrônico do site oficial do município de Irupi, através do endereço eletrônico <https://irupi-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=2>, que não houve previsão de estimativa e compensação de renúncia de receitas na Lei de Diretrizes Orçamentária de 2022 de nº 1015/2021 e consequentemente na Lei Orçamentária Anual de 2022 de nº 1030/2021, ratificando desta forma, que o Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, não contempla qualquer tipo de renúncia de receita para o exercício de 2022 e os dois subsequentes.

Por fim, destacamos que através da análise do arquivo LCARE que integra a PCA de 2022, podemos constatar que inexistem Projetos de Leis e impacto orçamentário-financeiro, nem tão pouco Lei Municipal, relativo à concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita no exercício, o qual se encontra em total compatibilidade com as previsões estabelecidas através do Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, que integra a Lei de Diretrizes Orçamentária Anual de 2022, Lei nº 1030/2021, conforme se constata através do endereço eletrônico: <https://irupi-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=2>



3.7 Dos Restos a pagar

3.7.1 Dos Restos a Pagar Processados

Como se pode observar nos demonstrativos contábeis a despesa executada liquidada no exercício foi de **R\$ 60.938.981,58** (sessenta milhões, novecentos e trinta e oito mil, novecentos e oitenta e um reais e cinquenta e oito centavos), sendo que, **R\$ 60.025.195,72** (sessenta milhões, vinte e cinco mil, cento e noventa e cinco reais e setenta e dois), foram pagos dentro do próprio exercício. Resultando num montante de **R\$ 913.785,86** (novecentos e treze mil, setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) de restos a pagar processados do exercício em análise conforme a seguir demonstrado:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Despesa liquidada	60.938.981,58
(-) Valor pago no exercício	(60.025.195,72)
(=) Restos a pagar no exercício	913.785,86

Fonte: Balancete Orçamentário da Despesa

3.7.2 Dos Restos a Pagar Não Processados

Como se pode observar nos demonstrativos contábeis, a despesa executada (empenhada) no exercício foi de **R\$ 61.616.959,19** (sessenta e um milhões, seiscentos e dezesseis mil, novecentos e cinquenta e nove reais e dezenove centavos), sendo que o valor foi liquidado foi de **R\$ 60.938.981,58** (sessenta e milhões, novecentos e trinta e oito mil, novecentos e oitenta e um reais, cinquenta e oito centavos), ficando **restos a pagar não processados** no valor de **R\$ 677.977,61** (seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta e um centavos) do exercício em análise conforme a seguir demonstrado:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Despesa empenhada	61.616.959,19
Despesa Liquidada	60.938.981,58
(=) RP Não Processado do Exercício	677.977,61

Fonte: Balancete da despesa anual (consolidado)



3.7.3 Dos Restos a pagar total

Conforme pode se observar nos demonstrativos contábeis, o valor dos Restos a Pagar total no exercício, foi de **R\$ 1.605.673,24** (um milhão, seiscentos e cinco mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte a quatro centavos).

Conforme a seguir demonstrado:

RP Processado	913.785,86
RP Não Processado	677.977,61
Saldo de RP de Exercícios Anteriores	13.909,77
Total dos Restos a Pagar Geral	1.605.673,24

Fonte: Relatório de Restos a Pagar Total

4 DO REPASSE AO LEGISLATIVO

Conforme pode se observar nos demonstrativos contábeis, o valor repassado ao Legislativo municipal foi de **R\$ 2.019.999,96** (dois milhões, dezenove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), sendo que desse valor, o legislativo municipal devolveu ao Executivo o valor de **R\$ 60.539,10** (sessenta mil, quinhentos e trinta e nove reais e dez centavos) conforme demonstrado a seguir:

VALOR REPASSADO AO LEGISLATIVO	2.019.999,96
VALOR DEVOLVIDO AO EXECUTIVO	30.269,15
DESPESA EXECUTADA PELO LEGISLATIVO	1.959.460,86

Percentual da despesa Realizada pelo Executivo:

DESPESA EXECUTADA PELO MUNICIPIO	61.616.959,19
DESPESA EXECUTADA PELO LEGISLATIVO	1.989.730,41
PERCENTUAL DA DESPESA TOTAL	3,23

5 DA RECEITA E DESPESA COM SAUDE

5.1 Da Receita Tributária não vinculada

RECEITA DE IMPOSTOS	2.107.989,84
IPTU	98.165,81
ITBI	316.451,65
ISS	687.989,03
IRRF	971.492,28
MULTAS E JUROS	0,00



DIVIDA ATIVA	33.891,07
RECEITA DE TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS	35.921.354,37
FPM	21.587.589,96
ITR	8.043,35
IPVA	1.321.616,49
ICMS	12.772.396,03
IPI	138.572,64
ICMS - DESONERAÇÃO	93.135,90
TOTAL	38.029.344,21

Fonte: Anexo 08 do RREO 6º Bimestre

5.2 Da despesa com ações e serviços de saúde

DESPESA TOTAL COM SAÚDE (PAGO)	10.090.449,48
(-) RECURSOS VINCULADOS - SUS	3.291.574,85
(-) CONVÊNIOS (Federal)	0,00
(-) CONVÊNIOS (Estadual)	0,00
(=) DESESA PAGA COM RECURSOS PRÓPRIOS EM SAÚDE	6.798.874,63
RECEITA TRIBUTÁRIA NÃO VINCULADA	28.861.550,03
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO	23,55%

6 DA RECEITA E DESPESA COM EDUCAÇÃO

6.1 Da receita tributária não vinculada

RECEITA DE IMPOSTOS	2.107.989,84
IPTU	98.165,81
ITBI	316.451,65
ISS	687.989,03
IRRF	971.492,28
MULTAS E JUROS	0,00
DIVIDA ATIVA	33.891,07
RECEITA DE TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS	35.921.354,37
FPM	21.587.589,96
ITR	8.043,35
IPVA	1.321.616,49
ICMS	12.772.396,03
IPI	138.572,64
ICMS - DESONERAÇÃO	93.135,90
TOTAL	38.029.344,21

Fonte: Anexo 12 do RREO 6º Bimestre/2021

7 DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

7.1 Da despesa com educação

Despesa **paga** na função 12 (MDE e FUNDEB), no exercício de 2022, constante no balancete da Secretaria Municipal de Educação.



DESPESA TOTAL COM EDUCAÇÃO (PAGA)	20.020.751,71
(-) RECURSOS VINCULADOS - FNDE	1.001.570,92
(-) <i>GANHO DE FUNDEB</i>)	3.083.938,69
(-) CONVÉNIOS (Federal)	0,00
(-) CONVÉNIOS (Estadual)	2.283.376,36
(-) OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	84.028,00
(=) DESPESA COM EDUCAÇÃO	13.567.837,74
RECEITA NÃO VINCULADA	39.918.084,15
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO	33,99%

7.2 Da Receita e Despesa com recursos do FUNDEB

7.2.1 Da receita do FUNDEB

Na composição de receita total anual destinado ao FUNDEB foram considerados o somatório dos depósitos automático, no Banco do Brasil, mais os valores de rendimentos de aplicações financeiras do Fundo no Banco do Brasil conforme quadro abaixo:

FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos	9.583.453,17
Rendimentos de Aplicações Financeiras	29.854,58
Receita do FUNDEB	9.613.307,75
FUNDEB – Complementação da União - VAAT	291.999,65
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00
Receitas do FUNDEB	291.999,65
Receitas recebidas do FUNDEB	9.905.307,40

7.2.2 Da despesa com FUNDEB

As despesas liquidadas para o pagamento de profissionais do magistério e respectivas obrigações patronais, com recursos do FUNDEB podem ser assim discriminadas:

Despesas Com Profissionais do Magistério (Ensino Fundamental)	6.410.728,13
Despesas Com Profissionais do Magistério (Ensino Infantil – Creche)	1.116.886,08
Despesas Com Profissionais do Magistério (Ensino Infantil – Pré-escola)	975.771,13
Despesas Com Profissionais do Magistério (Educação Especial)	193.211,28
TOTAL DA DESPESA COM PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO (70%)	8.696.596,62

Fonte: Anexo 08 do RREO



Portanto atendida a determinação constitucional (Emenda 53/06) e art. 21 e 22 da Lei nº 11.494/07, com uma aplicação de **87,80%** (oitenta e sete vírgula oito por cento) na renumeração dos profissionais do magistério sendo este percentual superior ao limite estabelecido.

As despesas liquidadas para o pagamento de outros profissionais, pagos com a parcela dos 30%, foram no valor de:

DESPESAS COM OUTROS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	274.390,58
DESPESAS COM FUNDEB (30%)	274.390,58

Os recursos do FUNDEB destinados a outras despesas, pagos com a parcela dos 30%, foram no valor de:

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB	0,00
DESPESAS COM FUNDEB (30%)	0,00

7.2.3 Demonstração do ganho de FUNDEB

A - Contribuição do Município para formação do FUNDEB (20%)	6.499.514,48
B - Receita de FUNDEB efetivamente recebida pelo Município	9.583.453,17
GANHO DE FUNDEB (B-A)	3.083.938,69

7.3 Do Fluxo de Caixa

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	87.500,02
(+) RECEITA DE FUNDEB	9.583.453,17
(+) RENDIMENTOS BANCARIOS DO FUNDEB	29.854,58
(+) RECEITA DE FUNDEB - VAAT	291.999,65
(+) RENDIMENTOS BANCARIOS DO FUNDEB - VAAT	0,00
(=) SUB-TOTAL	9.992.807,42
(-) PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO 70%	8.696.596,62
(-) PAGAMENTOS DE SERVIDORES 30%	1.294.210,75
(-) OUTRAS DESPESAS 30%	0,00
= SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.000,05



8 DA DESPESA COM PESSOAL

8.1 Da despesa com pessoal geral (Consolidação)

RECEITA CORRENTE LIQUIDA – RCL	58.760.861,87
DESPESAS COM PESSOAL (CONSOLIDADA)	30.049.658,79
PERCENTUAL DE GASTOS	51,14%

Fonte: Anexo I do RGF 3º Quadrimestre/2022.

8.2 Da despesa com pessoal (Executivo)

RECEITA CORRENTE LIQUIDA – RCL	58.760.861,87
DESPESAS COM PESSOAL	28.367.429,75
PERCENTUAL DE GASTOS	48,28%

Fonte: Anexo I do RGF 3º Quadrimestre/2022.

8.3 Da despesa com pessoal (Legislativo)

RECEITA CORRENTE LIQUIDA – RCL	58.760.861,87
DESPESAS COM PESSOAL	1.682.229,94
PERCENTUAL DE GASTOS	2,86%

Fonte: Anexo I do RGF 3º Quadrimestre/2022.

9 DO INDIVIDAMENTO

	Saldo anterior	Entradas	Baixas	Saldo atual
Dívida Contratual	3.088.706,08	1.820.668,43	1.101.057,30	3.808.317,21
Receita Corrente Liquida				58.760.861,87
Limite por Resolução do Senado				70.513.031,24

Fonte: RGF Anexo 2

10 DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

	Saldo anterior	Entradas	Baixas	Saldo atual
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Corrente Liquida				58.760.861,87
Limite por Resolução do Senado				9.401.737,90

Fonte: RGF Anexo 4

11 DAS GARANTIAS E CONTRA GARANTIA

	Saldo anterior	Entradas	Baixas	Saldo atual
Garantias e Contra Garantia	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida				
Limite por Resolução do Senado				

Fonte: RGF Anexo 3

12 CONCLUSÃO

De acordo com as exigências constantes no Anexo III da Instrução Normativa nº 068/2020, elaboramos esse relatório de gestão e encerramos o exercício financeiro de 2022 conscientes do dever cumprido.

No que se refere ao cumprimento dos programas previstos na LOA em compatibilidade com a LDO e PPA, evidenciamos que as metas e prioridades da administração foram atingidas em sua grande maioria.

Por fim, afirmamos com convicta certeza que buscamos a melhor integração das atividades administrativas com as necessidades básicas dos cidadãos do município.

Assim, buscamos aplicar os recursos financeiros municipais pautados nos princípios insculpidos na Constituição Federal, aplicando os valores constitucionais mínimos em saúde, com propósito de atender as necessidades da população.

A Administração proferiu suas atividades *erga omnes*, não houve no exercício financeiro, distinção no atendimento, todos os municíipes foram atendidos de forma igualitária e uniforme.

Procedemos ainda com vasto trabalho de aperfeiçoamento e reciclagem dos Servidores Públicos Municipais, observando a área de atuação de cada um em separado, para que o Município amplie a qualidade e eficiência dos serviços prestados, aperfeiçoando e dotando de eficácia os trabalhos a serem executados nos exercícios financeiros vindouros.

Podemos concluir com precisão que procedemos a um controle interno das atividades administrativas de forma a garantir a todos a satisfação dos interesses sociais.

Irupi/ES, de 23 março de 2023.

EDMILSON MEIRELLES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Irupi/ES